

Ou dá certo ou o que não dará certo será o governo

À medida que os dias passarem, o pacote fiscal do governo vai ficar mais parecido com a famosa caixa de Pandora. Quanto mais os analistas o desvendarem, mais assombrações e fantasmas saltarão lá de dentro — para o contribuinte e para a economia.

Não obstante, os senhores deputados e senadores o aprovaram sem ter nenhuma noção do que estavam realmente votando. Vejam os leitores: a Fiesp, uma organização empresarial, tinha e tem a maior necessidade de fazer um exame técnico do pacote em prazo rápido para informar os sindicatos e as empresas a ela associadas sobre as suas implicações. A Fiesp dispõe de um departamento econômico, um departamento fiscal, um corpo técnico altamente qualificado para isso. No entanto, até ontem, a Federação das Indústrias se confessava sem condições de formar uma opinião definitiva para bem orientar o seu público.

Do mesmo modo, várias firmas de auditoria, empresas altamente especializadas em assuntos contábeis, fiscais e financeiros, embora já apontando inconvenientes e falhas no pacote, possíveis prejuízos para as pessoas jurídicas, não se abalancavam a conclusões definitivas, solicitando ao público mais tempo para analisar e realmente dimensionar todas as suas implicações.

Os deputados e senadores, todavia, pessoas com os altos conhecimentos que todos testemunhamos e aproveitamos, já concluíram que o pacote é excelente para o bolso do povo e os destinos da nossa economia. Mesmo sem tempo hábil para estudá-lo, guiando-se pela intuição genial de que são dotados, saltaram à frente de todos os especialistas e decidiram que o Brasil só terá a ganhar com a obra unicampista urdida às pressas nos gabinetes do Ministério da Fazenda. Obra que, anunciada como inspirada por Robin Hood, corre o risco de acabar-se revelando da griffe de Al Capone.

Resta dizer, apenas, a esta altura, alea jacta est. E, como somos todos brasileiros, estamos no mesmo barco e devemos, por conseguinte, procurar remar na mesma direção, acrescentemos: tomara que dê certo!

O pacote, para dar certo, precisaria cumprir a finalidade para a qual, supostamente, foi editado. Qual era mesmo a finalidade? Ah, sim, reduzir o déficit público, ou seja, acabar — de uma vez por todas, como diz o ministro Funaro — com o crescente buraco das contas governamentais, que tem devorado quantos recursos lhe sejam destinados.

O governo o editou dentro de um espírito de 8 ou 80: Cr\$ 8 trilhões de corte de dispêndios para 80 trilhões de aumento das receitas. Aparentemente, essa seria a maneira de viabilizar o chamado "programa social", que custará — segundo a propaganda oficial — algo em torno de Cr\$ 76 trilhões. Na verdade, porém, o programa social não fazia parte do pacote. Foi embutido nele para torná-lo politicamente mais vendável. O programa social já fazia parte do orçamento de 1986, votado e aprovado pelo Congresso há poucos dias (também a toque de caixa), que a ele destinava substancial volume de recursos.

Os economistas do Ministério da Fazenda e da Seplan, que, contrariamente ao resto da Nação, estavam animadíssimos com o pacote, prenunciavam nos jornais a eliminação completa do déficit público já em 1986. Eis uma previsão de fato estimulante. Parece que ela foi espicaçada pelas informações do prof. Edmar Bacha, presidente do IBGE, de que a recessão acabou, pois chegamos aos níveis de produção industrial que tínhamos em 1980. O prof. Bacha andou prevendo (revista *Economia em Perspectiva*, junho/84) que, se a economia brasileira voltasse a crescer 6,5% ao ano, em média, ainda assim demoraria até 1990 para retornar aos níveis de 1980, significando, pois, que perderíamos dez anos. Sem saber se as contas feitas por ele estão incorretas agora ou estavam incorretas no passado, digamos, apenas, que chegam um pouco atrasadas. Nós víhamos dizendo desde o início deste ano que a recessão tinha acabado e o problema não era combatê-la, mas preservar o crescimento. E, de fato, se a economia continuar crescendo e o governo tiver condições de conter os seus gastos, o déficit público tende mesmo a ser eliminado afinal.

Mas antes que isso aconteça há uma travessia a ser feita. A do primeiro semestre do ano que vem. Todos os analistas, até os do governo, concordam que o pacote, num primeiro momento, deixa mais dinheiro nas mãos do contribuinte. A esse aumento do potencial de demanda somam-se os reajustes reais de salários efetivados em níveis altos neste final de ano, mais a percepção do 13º salário, mais o aumento de 75% do funcionalismo a ser pago no início do ano que vem. Simultaneamente, estamos diante de um quadro de previsível escassez de abastecimento, tanto de gêneros quanto de matérias-primas industriais. Esta, pelo próprio impulso da indústria neste segundo semestre; aquela, pela quebra de safras.

As previsões de um forte impulso inflacionário não são, portanto, nem infundadas nem despropositadas. É evidente que o efeito inibidor disso sobre os investimentos poderá ser significativo. A recessão, portanto, embora tenha terminado, pode recomeçar muito mais facilmente do que o crescimento econômico. Esta é uma previsão que reputamos mais confiável do que aquela do BNDES, nos jornais de ontem. Os economistas do governo continuam entregues ao divertimento de pôr no papel "previsões" sacadas do bolso do colete: 7,8% de índice de crescimento médio anual, entre 1985 e 1990; aumento de 3% ao ano, em média, das exportações; elevação das reservas cambiais de 14 para 27,3 bilhões de dólares; investimento crescente à taxa de 12,4% ao ano; redução da dívida externa a 84,8 bilhões de dólares. O BNDES, ao fazer essa minuciosa previsão, está na situação do apostador que preencheu a cartela da Loteria-Esportiva. Se consultou os 26 times que vão jogar no domingo e todos prometeram que os resultados serão os que ele marcou, vai mesmo fazer os 13 pontos.

Como se vê, uma brincadeira de fim de noite que hoje em dia qualquer criança pode fazer num computador pessoal, em casa, mas que não levou em consideração um efeito importante do pacote: que a parcela do aumento do imposto que as empresas privadas não conseguirem repassar para os preços dos seus produtos reduzirá sua capacidade de investimento. Ou seja, que antes daquele reino da felicidade desenhado pelo BNDES teremos um duplo problema a enfrentar: aceleração dos preços e redução dos investimentos. Quer dizer, as zebras não serão surpresa para ninguém (de fora do BNDES, é claro).

Bem, de qualquer modo, a vantagem do pacote é que ele talvez seja realmente o último: ou dá certo, ou quem não dará certo será o governo.